

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.589.211 - SP (2019/0286124-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
AGRAVANTE : SERGIO LUIZ DE MATOS
ADVOGADOS : RAFAEL BRAGA VINHAS - DEFENSOR PÚBLICO - RS066141
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu o recurso especial, com fundamento na Súmula 7/STJ.

Nas razões do especial, aponta a defesa violação aos arts. 1º, 13 e 155, § 2º, todos do CP, bem como ao art. 386, III, do CPP.

Sustenta que *a conduta descrita na denúncia não se subsume materialmente à norma jurídica que se extrai do art. 155 do CP, haja vista que o recorrente foi condenado por tentar subtrair um par de tênis avaliado em R\$ 99,00. (fl.444).*

Argumenta que a lesão gerada ao bem jurídico tutelado é ínfima, ensejando, assim, a incidência do princípio da insignificância.

Requer, assim, o provimento do recurso especial, a fim de que o recorrente seja absolvido em face da atipicidade da conduta.

Apresentada a contraminuta, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo improvimento do agravo.

É o relatório.

Decido.

O recurso é tempestivo e ataca os fundamentos da decisão agravada. Passo, portanto, à análise do mérito.

O Tribunal de origem, ao negar aplicação ao princípio da insignificância, mantendo a condenação, assim consignou (fls. 426/430):

E não vinga o pleito de reconhecimento da atipicidade da conduta do réu pela aplicação do princípio da insignificância, também denominado de bagatela, criação alienígena, vez que o mesmo não encontra forma, nem figura, na sistemática penal brasileira.

Nesse sentido decisão da lavra do eminente Desembargador SILVÉRIO RIBEIRO, quando no Colendo Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, de que "(...) o nosso ordenamento jurídico ainda não acatou a teoria da bagatela ou da insignificância, não tendo, por isso o ínfimo valor do bem ou do prejuízo qualquer influência na configuração do crime, servindo, quando muito, como causa de diminuição de pena em alguns casos, como, por exemplo, o furto privilegiado (art. 155, §2º) e o estelionato privilegiado (art. 171, §1º)" (AP N.º 899.417/1, de Mirassol, 16/03/95).

[...]

Demais, para casos em que o valor da res furtivae é de pequena monta, e o réu é primário, prevê o § 2º, do artigo 155, do Código Penal, a figura do furto privilegiado, que foi, inclusive, indevidamente recepcionada na r. sentença para o apelante, visto que não apenas ele ostenta maus antecedentes pelo crime gravíssimo de narcotráfico (certidão de fl. 223), como também porque responde a diversos outros processos pelo crime de furto (certidões de fls. 221, 222, 225, 226 e 228), a denotar que sequer fazia jus ao benefício.

Nesse diapasão já decidiu o extinto Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, com acerto: - "Como a jurisprudência vem sustentando, a simples presença das circunstâncias legais do privilégio não permite a incidência da causa de atenuação da pena no crime de furto onde a pequenez do valor da coisa e a primariedade do sujeito não são suficientes, é preciso que ele apresente condições pessoais e antecedentes que permitam o benefício" (AC. Rel. Benedicto Camargo JUTACRIM 79/453).

Acerca da matéria, sedimentou-se a orientação jurisprudencial no sentido de que a incidência do princípio da insignificância pressupõe a concomitância de quatro vetores: a) a mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento; e d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada.

O valor da *res furtiva* de R\$ 99,00, correspondente à aproximadamente 11% do salário mínimo vigente à época (ano de 2016 - R\$ 880,00), evidenciando a inexpressiva lesividade da conduta.

Contudo, não obstante o valor do objeto do furto, as instâncias de origem concluíram pela inaplicabilidade do princípio da insignificância, haja vista que, como consignado pelo juízo de piso, *embora tecnicamente primário, o réu está respondendo a diversos processos também pela prática do crime de furto (fls.221, 222, 225, 226 e 226), circunstância que demonstra habitualidade criminosa* (fl.343).

Deste modo, a decisão combatida está em consonância com o entendimento desta Corte Superior, que tem entendido que, mesmo sem configurar reincidência, a existência de outras ações penais, inquéritos policiais em curso ou procedimentos administrativos fiscais, é suficiente para caracterizar a habitualidade delitiva e, conseqüentemente, afastar a incidência do princípio da insignificância.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ART. 334 DO CÓDIGO PENAL. REITERAÇÃO DELITIVA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL

DESPROVIDO.

I - A existência de outras ações penais, inquéritos policiais em curso ou procedimentos administrativos fiscais é suficiente para caracterizar a habitualidade delitiva e, conseqüentemente, afastar a incidência do princípio da insignificância.

II - Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1665640/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 01/09/2017)

HABEAS CORPUS. FURTO. HABITUALIDADE DELITIVA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. ORDEM DENEGADA.

1. Apesar de não configurar reincidência, a existência de outras ações penais, inquéritos policiais em curso ou procedimentos administrativos fiscais, é suficiente para caracterizar a habitualidade delitiva e, conseqüentemente, afastar a incidência do princípio da insignificância (AgInt no REsp 1622588/RS, Rel.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe 21/03/2017). Precedentes.

2. Habeas corpus denegado.

(HC 491.264/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 14/05/2019)

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FURTO SIMPLES. REITERAÇÃO DELITIVA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE.

1. Segundo a jurisprudência dos Tribunais Superiores, na aplicação do princípio da insignificância, devem ser utilizados os seguintes parâmetros: a) conduta minimamente ofensiva; b) ausência de periculosidade do agente; c) reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; e d) lesão jurídica inexpressiva, os quais devem estar presentes, concomitantemente, para a incidência do referido instituto.

2. Na hipótese vertente, não há que se falar em reduzido grau de reprovabilidade no comportamento do agente, porquanto o ora agravante possui outros processos criminais em andamento, por crime da mesma natureza, circunstância que impede o reconhecimento do princípio da bagatela.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1435592/MG, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 30/06/2015, DJe 04/08/2015)

Incide, assim, o entendimento consolidado na Súmula 83 desta Corte, aplicado por analogia ao recurso interposto pela alínea "a" do permissivo constitucional, segundo o qual *Não se conhece do recurso especial pela*

Superior Tribunal de Justiça

divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator